

## TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

### 1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

- O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de carimbos institucionais destinados à Proteção Social Básica, a serem utilizados pelos servidores ocupantes de cargos de direção na identificação e validação de documentos oficiais no âmbito das atividades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Contratação Direta e seus anexos.
- Segundo as descrições:

ITEM	CATMAT	PRODUTO	QTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	279930	<p>Carimbo medindo 2,5cm x 6,0cm com esses nomes:</p> <p>Modelo de referência:</p>  <p>NOMES DE CADA CARIMBO:</p> <hr/> <p><b>EDUARDO ARMANDO DOS SANTOS</b> GERENTE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA CPF: 710.310.474-33 Matrícula: 102461-1</p> <hr/> <p><b>MAYARA MORGANA COSTA SILVA</b> SECRETÁRIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL -SMASJ CPF: 081.868.604-95 Matrícula: 102367</p> <hr/> <p><b>MAYARA MORGANA COSTA SILVA</b> COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL CPF: 081.868.604-95 Matrícula: 102367</p> <hr/> <p><b>ZILDA MACHADO DE OLIVEIRA</b> COORDENADORA DA UNIDADE INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES IRMÃ DULCE CPF: 014.755.494-23 Matrícula: 102370-1</p>	4	R\$ 54,17	R\$ 216,68

### 2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

- A contratação direta justifica-se pela necessidade de carimbos institucionais

para a Proteção Social Básica, tratando-se de aquisição de baixo valor e objeto padronizado, enquadrada como dispensa de licitação, garantindo eficiência e economicidade.

2. A presente contratação adotará como regime o critério de julgamento de MENOR PREÇO, considerando a conversão em percentagem para taxa de administração.
3. A contratação é compatível com a realização de procedimento previsto no inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/21

### **3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

1. A contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar carimbos institucionais aos servidores da Proteção Social Básica que ocupam cargos de direção, garantindo a adequada identificação e validação de documentos oficiais, bem como a padronização dos atos administrativos.
2. O objetivo da contratação é assegurar maior eficiência, organização e celeridade na tramitação de documentos no âmbito administrativo da Proteção Social Básica.
3. O prazo de entrega dos bens deverá ser IMEDIATO, contados da data de ordem de fornecimento, no seguinte endereço: Avenida Dantas Barreto nº 51, Bairro Prado Gravata – PE.
4. O Recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
5. Para todos os itens, a participação é ampla.
6. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de responsabilidade socioambiental.
7. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5 da lei 14.133/21 e do guia nacional de contratações sustentáveis da Advocacia-Geral da União e normativos correlatados.
8. Da sustentabilidade ambiental: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da política de resíduos sólidos.
9. Da sustentabilidade econômica, social e cultural: A contratação atende as diretrizes do Município, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediata utilização, bem como seguir alinhado aos padrões nacionais de aquisição.
10. Sendo atendido o disposto no inciso II do art. 49 da lei complementar nº 123/06, será observado o contido no 3º art. 48, incluído pela lei complementar nº 14, de 2014.

### **4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

02 PODER EXECUTIVO

02 19 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 245 0819 2468 0000 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

05.12 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FNAS

## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

1. O Pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.
2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da lei 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias uteis, contados da data da apresentação da nota fiscal, nos termos do art. 75, §4º da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para o pagamento.
4. Quando o pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
5. A contratada regularmente optante pelo simples nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{\begin{array}{r} (6 / \\ 10 \\ 0) \\ \hline \end{array}}{36} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa} \\ \text{anual} = 6\% \end{array}$$

GRAVATÁ, 15 DE JUNHO DE 2026

MARIA GORETE GOMES DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Juventude de Gravata – PE

### APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, por atender plenamente as necessidades

da Proteção Social Básica, tanto ao aspecto descrito do ITEM, quanto ao quantitativo dos itens.

GRAVATÁ, 15 DE JUNHO DE 2026

**MARIA GORETE GOMES DA SILVA**  
Secretária de Assistência Social e Juventude  
Gravatá – PE